



Diário da Sessão n.º 007 de 15/03/05

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As negociações do novo Quadro Financeiro da União Europeia para o período compreendido entre 2007 e 2013 encontram-se num momento decisivo para a nossa Região.

Se tudo correr como se espera, o Conselho Europeu, sob a Presidência Luxemburguesa, definirá esse documento, no próximo mês de Junho, cuja importância estratégica e operacional é determinante, nomeadamente para a actuação da União Europeia no período pós-2006, para a criação de condições adequadas à condução eficaz das políticas europeias e para a concretização das ambições, objectivos e metas políticas já definidas pelos Estados Membros para a União.

Mas este é, igualmente, um documento de uma importância estratégica determinante para as regiões ultraperiféricas e para os Açores.

O resultado que for alcançado no Conselho Europeu de Junho irá pesar, de forma clara, no modo como a Política Regional Europeia cumprirá os seus objectivos no próximo período de programação financeira e, por isso, no papel que as regiões europeias poderão continuar a desempenhar na construção do projecto europeu e na concretização dos grandes objectivos prosseguidos pela União Europeia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As negociações das perspectivas financeiras para a União Europeia nunca foram fáceis e estas, claramente, não estão a fugir à regra.

A Comissão Europeia considera que a sua proposta para o novo Quadro financeiro 2007-2013, representa a mobilização de recursos indispensáveis



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

ao cumprimento de todos os compromissos políticos que a União tem vindo a assumir, nomeadamente no quadro do recente alargamento a 10 novos Estados Membros, com tudo o que isso implicou em termos de agravamento de as simetrias, do acentuar das diferenças de desenvolvimento e do aumento das despesas comunitárias.

De igual modo, a União Europeia assume, no quadro de responsabilidades acrescidas em diversos domínios políticos e face à gravidade dos novos desafios internos e externos, bem como no quadro do desenvolvimento de estratégias tão ambiciosas como as de Lisboa e de Gotemburgo e na condução eficaz das políticas internas e externas da União respeitando o acordo financeiro para o financiamento da Política Agrícola Comum até 2013, que a sua proposta reflecte um conjunto de medidas e de iniciativas que urge apoiar e rectificar.

O País e a Região estão de acordo com a Comissão e nisso estão acompanhados pela maioria dos Estados Membros e pelas diferentes Regiões Europeias.

O Governo Regional dos Açores tem assumido uma posição firme, persistente e tecnicamente sólida, na defesa da proposta inicial da Comissão Europeia de atribuição de 1.14 do Rendimento Nacional Bruto da União Europeia a vinte e cinco Estados-Membros, caso garanta dos mecanismos de reforço da coesão económica da União Europeia e da manutenção da convergência com os níveis de produção e rendimento médios da União Europeia que se tem verificado nos Açores desde 1998.

Essa não é, contudo, a posição de um conjunto importante de Estados Membros que defendem que a despesa comunitária entre 2007 e 2013 não deverá ultrapassar o limite máximo de 1 % do Rendimento Nacional Bruto (RNB) da União Europeia a 25 Estados Membros.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

Essa posição é acompanhada por críticas à latitude de intervenção da Política Regional e dúvidas sobre o seu efectivo valor acrescentado europeu.

São posições que devem preocupar-nos, uma vez que não pretendemos que a Política Regional suporte as despesas de um eventual ajustamento em baixa da proposta da Comissão Europeia.

Por tudo isso, a iniciativa da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas da Europa (CRPM), de suscitar um alargado movimento de apoio por parte das regiões europeias às propostas da Comissão Europeia sobre os objectivos da Política Regional e sobre os recursos que devem ser por ela mobilizados no período 2007-2013, é, politicamente, justificada e oportuna. A manifestação pública e formal do apoio da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores às posições defendidas pela Comissão Europeia e pelo Governo Regional dos Açores é, em nosso entender, a melhor e mais adequada maneira, do ponto de vista político, dos Açores integrarem esta manifestação de apoio à Política Regional da União Europeia para 2007-2013, nos modos como está delineada na proposta da Comissão Europeia.

Este é o desejo que o Governo Regional lança neste Parlamento, na certeza, que todos os indicadores macro-económicos e sociais demonstram a eficácia da aplicação dos recursos comunitários nos Açores, aliás como recentemente foi confirmado pela avaliação intercalar efectuada à gestão e execução dos fundos comunitários na Região pelas instâncias comunitárias.

O exemplo dos Açores, pode e deve ser utilizado por todos, como demonstração, da eficácia e eficiência da aplicação dos Fundos Comunitários na concretização do reforço da coesão, na redução das



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

assimetrias existentes contribuindo para o aumento da importância da política regional europeia nas prioridades definidas pela União Europeia.

Importa reafirmar o papel das Regiões Europeias como parceiros indispensáveis na prossecução, com sucesso, dos processos estratégicos europeus.

E essa afirmação necessita de ser ganha ao nível local e regional, garantindo o envolvimento e a participação dos cidadãos, nomeadamente através dos seus órgãos representativos, uma vez que o processo de construção política e económica europeia têm nas regiões e no poder local o melhor veículo para exercerem a sua cidadania europeia.

Só com uma política regional realista e dotada dos meios adequados será possível fazer com que as regiões possam cumprir o seu papel determinante no processo de construção da Europa. O desenvolvimento sócio-económico das regiões europeias implica a resolução de bloqueios estruturais, o aproveitamento do seu potencial de crescimento endógeno, a concretização das suas potencialidades nas áreas da investigação e da inovação.

O desenvolvimento sócio-económico das regiões europeias traduz-se no ganhar, a nível local e regional, as batalhas europeias do crescimento, da competitividade e do desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento sócio-económico das regiões europeias é, sem qualquer dúvida, a melhor e mais conseguida concretização das Estratégias de Lisboa e de Gotemburgo.

Não podemos, por isso, comprometer o desenvolvimento sócio-económico das regiões europeias, garantindo uma Política Regional Europeia que cumpra com os princípios e com os meios necessários à eficácia e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Gabinete da Presidência

credibilidade da sua actuação. É por isso que devemos reafirmar e defender com toda a convicção.

A Política Regional Europeia, como recordava a Comissária Danuta Hübner, na Conferência “A Coesão e a Agenda de Lisboa” realizada no passado dia 3, em Bruxelas, tem representado para o conjunto da União Europeia um investimento com uma alta rentabilidade, pelo efeito de alavanca que tem tido no crescimento e desenvolvimento das regiões europeias.

Tem igualmente possibilitado a utilização plena do potencial das regiões da Europa em todos os domínios e assegurando que os bons exemplos e as boas práticas de governação e de eficácia nas actuações se divulguem por toda a União.

Está é também a nossa perspectiva e, estou certo, será também a convicção desta Assembleia.

Porque, acima de tudo e de todos, deve estar sempre os interesses dos Açores!

Disse.